



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9777 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DIREITO À PERMANENCIA DEMOCRÁTICA NAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS?**

Regina Celi Alvarenga de Moura Castro - UFPA - Universidade Federal do Pará

Alda Maria Duarte Araújo Castro - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO  
NORTE

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DIREITO À PERMANENCIA DEMOCRÁTICA NAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS?**

Nesse artigo o objetivo foi analisar se a assistência estudantil contribui para a permanência democrática de estudantes de graduação em seu percurso formativo. O *locus* da pesquisa foi a Universidade Federal do Pará, *Campus* Altamira. Participaram da pesquisa 51 estudantes concluintes no último semestre letivo do ano de 2020. Como recursos metodológicos foram utilizados revisão de literatura, análise documental e questionário semiestruturado aplicado aos estudantes. Foi identificado que 13,7% dos estudantes não tiveram segurança alimentar, 17,6% não tinham acesso a recursos didáticos antes da Pandemia e 33,3 passaram a não ter acesso a esses recursos durante a Pandemia. Ainda que esse percentual não represente a maioria dos estudantes participantes da pesquisa, avaliamos que a democratização da permanência é apenas parcial e que muitos estudantes não têm acesso a essa política.

## **Introdução**

Neste artigo são apresentados dados parciais da pesquisa em andamento realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O *locus* da pesquisa foi a Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* Altamira. O objetivo foi analisar se a assistência estudantil (AE) contribui para a permanência democrática dos estudantes nesse *Campus*.

A permanência democrática aqui é entendida como resultado de uma trajetória acadêmica com acesso aos meios materiais (moradia, transporte, alimentação, *e.g.*), educacionais (acesso a aprendizagem, a materiais didáticos, à internet, participações em eventos de capacitação, *e.g.*) e atenção à saúde, possibilitada por recursos públicos custeados pelo Estado por meio da assistência estudantil.

Nesse sentido, a discussão foi problematizada pela seguinte questão: a assistência estudantil tem possibilitado a permanência democrática aos estudantes da educação superior federal?

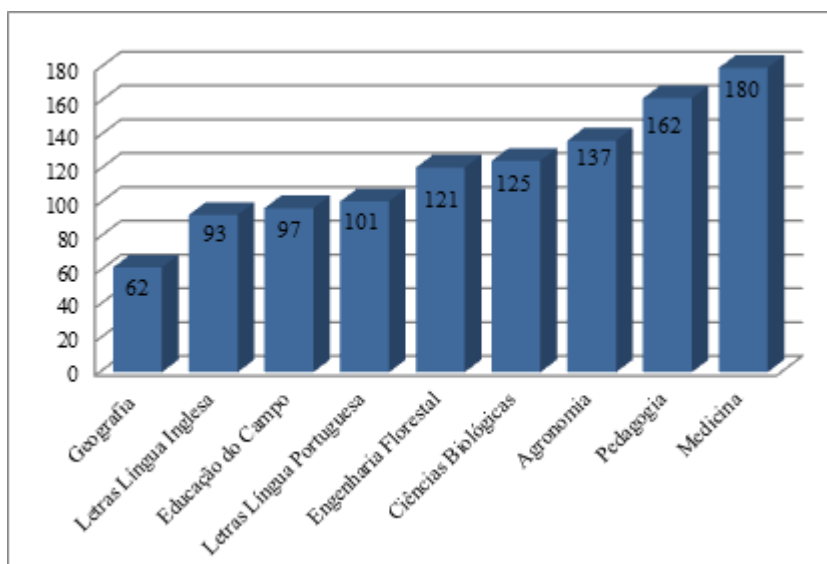
A assistência estudantil que já era praticada em universidades públicas, “desenvolvida com recursos direcionados ao custeio [...] ficava à margem das prioridades estabelecidas no orçamento das instituições, em conformidade com as concepções de assistência predominantes no âmbito de cada gestão” (CARVALHO, 2015, p.173), foi institucionalizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lula, por meio da portaria Normativa nº 39 no ano de 2007 como Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No ano de 2010, também no governo Lula a AE é institucionalizada como Programa de Estado por meio do Decreto nº 7.234, com o mesmo nome e mesma finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, p.1) prioritariamente “oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2010, p. 2) e desenvolver ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

## Desenvolvimento

Como procedimento metodológico, além da revisão de literatura, foram realizadas análise documental, tendo constituído o *corpus* listas de matrículas geradas pelo Sistema Gestão Acadêmica/UFPA no mês de fevereiro de 2021. O objetivo foi identificar o quantitativo de estudantes matriculados no *Campus* de Altamira no quarto semestre letivo do ano de 2020 e o quantitativo de estudantes concluintes no mesmo período. Foram identificados 1078 estudantes matriculados nos nove cursos ofertados (Figura 1).

Figura 1 - Quantitativo de estudantes matriculados nos cursos de graduação do *Campus* de Altamira/UFPA, no quarto semestre letivo do ano de 2020



Fonte: organizado pelas autoras, fevereiro de 2021.

Aos estudantes concluintes foi aplicado um questionário com questões objetivas e subjetivas no mês de março de 2021, por intermédio do formulário eletrônico *Google Forms*, com o objetivo de identificar o perfil sociodemográfico dos estudantes e aspectos

relacionados às suas condições de permanência. A opção por estes estudantes se justifica pelo fato de terem uma trajetória acadêmica em vias de conclusão, com isso poderiam ter mais elementos para contribuir com a pesquisa (Tabela 1).

Tabela 1- Quantitativo de estudantes de graduação do Campus de Altamira, concluintes, matriculados no quarto semestre letivo do ano de 2020 e quantitativo de estudantes que compuseram a amostra da pesquisa

Curso	Quantitativo de Estudantes	
	Concluintes	Que participaram da pesquisa
Agronomia	20	17
Ciência Biológicas	9	6
Engenharia Florestal	11	8
Letras Língua Portuguesa	6	3
Pedagogia	21	17
Total	67	51

Fonte: organizado pelas autoras, março de 2021.

A composição da amostra se deu por adesão. Aos estudantes participantes foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pelas pesquisadoras no qual foram esclarecidos os objetivos da pesquisa[1].

### **O locus da pesquisa**

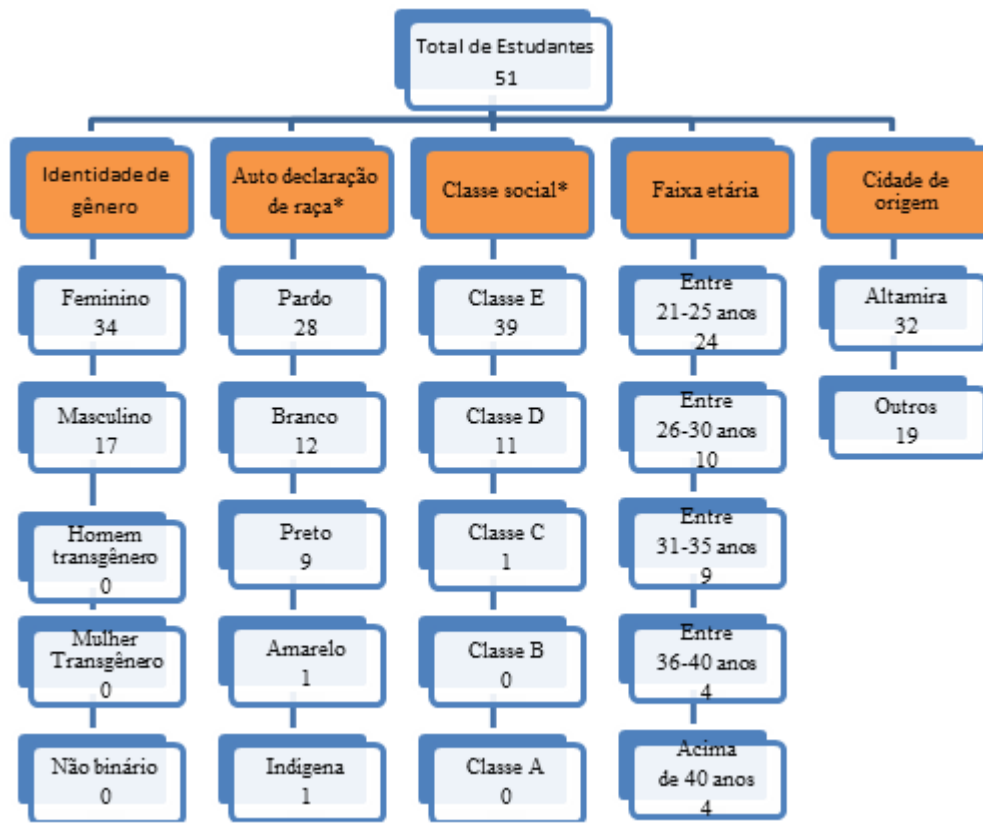
A Universidade Federal do Pará foi criada em dois de julho de 1957. No ano de 1987, por meio do processo de interiorização da UFPA, foi criado o *Campus* de Altamira, localizado no município de mesmo nome que se localiza na região Sudoeste do Pará. No período de sua instituição eram ofertados no *Campus* três cursos de licenciatura no formato intervalar presencial. Atualmente além dos nove cursos de graduação, são ofertados cursos de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*.

A assistência estudantil na UFPA foi institucionalizada em 2007 sob responsabilidade da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil, situada no *campus* polo em Belém. No ano de 2016 passou a ser operacionalizada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST). Por ser todo o trâmite para a concessão de auxílios centralizados em Belém, toda a documentação para a solicitação de auxílios é enviada pelos estudantes *online*.

### **Quem são os participantes da pesquisa?**

Dar voz e visibilidade aos sujeitos beneficiários de políticas públicas é importante, para que tenhamos uma dimensão mais aproximada da realidade sobre a abrangência dessas políticas. Dessa forma foi pertinente proceder à identificação sociodemográfica dos estudantes participantes da pesquisa (Figura 2).

Figura 2 – identificação sociodemográfica dos participantes da pesquisa



Fonte: organizado pelas autoras, março de 2021. \* Classificação de acordo com o IBGE.

A presença feminina no total dos participantes da pesquisa coaduna com os dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFEs, realizada em 2018, pelo FONAPRACE. Segundo a pesquisa o número de mulheres na educação pública tem sido mais expressivo do que o de homens e a “tendência de crescimento da participação do sexo feminino se confirma ao longo das pesquisas de perfil estudantil da IFES [...]”. Ainda segundo o FONAPRACE a “a superioridade de estudantes do sexo feminino nas IFES pode ser compreendida pelo fato de elas já serem maioria absoluta também no ensino médio e estudantes do sexo masculino, egressos ou evadidos do ensino médio, têm, por sua vez, entrada precoce no mercado de trabalho” (FONAPRACE, 2019, p. 19). A não continuidade dos estudos, nesse caso está relacionada à opção que muitos jovens precisam fazer entre trabalhar para garantir sua subsistência e ou ajudar na subsistência da sua família, ou estudar. Em muitos casos, inclusive quando já ingressaram na educação superior, a opção é pelo trabalho.

Quanto à questão racial, o número de pretos e pardos se constituiu a maioria, 72,5% (n=37). Este dado vai ao encontro da pesquisa realizada pelo IBGE em 2018, sobre desigualdades raciais no Brasil, que identificou um “incremento na população preta ou parda, entre 2016 e 2018, [...] de estudantes de 18 a 24 anos de idade cursando ensino superior, que passou de 50,5% para 55,6%” (BRASIL, 2018, p. 8). O número de indígena participante da pesquisa corresponde a 2,0% (n=1). Esse baixo índice em um estado que apresenta uma das maiores diversidades étnicas do país com mais de 55 etnias e aproximadamente 60 mil indígenas pode ser indicativo de sua pouca representatividade também nas demais universidades públicas. A presença de estudante que se autodeclara amarelo também foi de 2,0% (n=1).

Em relação às condições financeiras dos estudantes há também a constatação de uma pseudo (talvez) democratização das universidades públicas. A maior parte dos estudantes

participantes é oriunda de famílias de baixa renda, sendo 98% (n=50) de famílias com renda mensal entre dois a quatro salários mínimos.

Quanto ao local de moradia antes do ingresso na UFPA, 37,3% (n=19), residiam em outros municípios e se mudaram para Altamira ao ingressar na UFPA. Esse público de estudantes merece uma atenção especial uma vez que “a chegada à Instituição de Ensino Superior (IES) provoca mudanças significativas na rotina do estudante” (LAMBERT; CASTRO, 2020, p. 2) podendo ser potencializada em função do afastamento do ambiente familiar que pode gerar problemas afetivos e emocionais comprometedores da vida acadêmica (LAMBERT, CASTRO, 2020).

Os dados identificados nessa pesquisa quanto ao perfil sociodemográfico dos estudantes corroboram com dados de pesquisas nacionais (IBGE, 2018, FONAPRACE, 2019, e.g) e indicam que a universidade hoje se encontra em meio a uma diversidade racial, de gênero, socioeconômica e de faixa etária, diferente de uma universidade de caráter elitista de outrora.

Contudo, a questão que permeia essa discussão é retomada: estes novos públicos se sentem democraticamente integrados no espaço universitário? Para buscar respostas a este questionamento identificamos junto aos estudantes aspectos relacionados às suas condições de permanência dentre eles questões sobre segurança alimentar que consiste na “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...]” (BRASIL, 2017, p. 1) e acesso a recursos didáticos.

Quanto à segurança alimentar, sete estudantes afirmaram não ter tido condições de realizar pelo menos três refeições diárias por motivos financeiros. Todos estes estudantes vieram de outros municípios para estudar em Altamira, dividiam moradia com amigos e os auxílios financeiros recebidos não eram suficientes para suprir todas as necessidades básicas de alimentação. Ressalta-se que no *Campus* de Altamira não há restaurante universitário.

Sobre o acesso a recursos didáticos antes da pandemia 17,6% (n=9), afirmaram dificuldades em ter acesso a recursos como xerox de material para as aulas e internet para realização de pesquisas e trabalhos. Durante a pandemia, quando as aulas passaram a ser ofertadas por meio remoto, o número percentual de estudantes aumentou para 33,3% (n= 17), um aumento de quase 100%, sendo a maior dificuldade, o acesso à internet. Muitos estudantes retornaram para seus municípios de origem onde a maioria não tem acesso a internet e não foram contemplados com recursos da assistência estudantil para suprir essa carência.

### **Algumas considerações**

Nesse artigo o objetivo foi identificar se a assistência estudantil no *Campus* de Altamira tem possibilitado a permanência democrática dos estudantes de graduação em sua trajetória educativa.

Os dados parciais da pesquisa da qual esse artigo é um recorte indicam que o quantitativo de estudantes que não teve acesso a questões básicas em sua trajetória acadêmica como segurança alimentar (sete) e acesso a recursos didáticos (9/17) ainda que não represente a maioria dos estudantes participantes da pesquisa, nos permite inferir que não há uma democratização da permanência na sua totalidade, pois os recursos do PNAES não atendem a todos os estudantes potenciais beneficiários da assistência estudantil. Estes estudantes que em sua vida cotidiana já se encontravam expropriados de bem materiais e direitos sociais, encontram na universidade uma confirmação de que a educação superior pública ainda não é lugar em que muitos estudantes possam vivenciar sua trajetória acadêmica nas condições

favoráveis designadas na própria legislação que rege a assistência estudantil no país.

Dessa forma é possível afirmar que o PNAES, por se constituir como um programa de ações focalizadas não se configura como um determinante de democratização da permanência do estudante na educação superior, já que além de não atender a todos os estudantes potenciais beneficiários do programa, não atende à multiplicidade de vulnerabilidades e diversidades que estão presentes nas universidades públicas.

**Palavras-Chave:** Educação Superior. Permanência. PNAES.

## Referências

BRASIL **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.** Brasília, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça,** 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística - 2019.**

CARVALHO, D. D. A. de. A Política de Assistência Estudantil da UFT: Entre o direito à permanência e a focalização do atendimento. *In:* CARVALHO, R. F. de (org.). **Educação superior, formação e trabalho educativo.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis: **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa nacional de perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFEs.** Brasília: 2019.

LAMBERT, A. dos S.; CASTRO R. C. A. de M. **Fatores que podem influenciar no adoecimento físico e psíquico do estudante universitário: uma análise da produção científica brasileira.** *Revista Cocar* v.14. n. 28, p.70-89, 2020.

BRASIL Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.** Brasília, 2017.

---

[1][1] A pesquisa está autorizada sob o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, número 3.678.068.